



Transferência do Coaf para o BC será analisada em Plenário

A votação da medida provisória que transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central e reestrutura o órgão marcada para quinta-feira foi cancelada por determinação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Ele convocou nova sessão deliberativa com esse objetivo para amanhã, às 10h30. A MP foi aprovada na terça-feira na Câmara, como projeto de lei de conversão. **3**

Lei dá atendimento psicológico a alunos **3**

Avança Convenção sobre Trabalho Marítimo **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 27/11/2019

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (C), vai presidir a sessão do Congresso que vai analisar o Orçamento e projeto de liberação de crédito para o Executivo

Congresso vota amanhã lei orçamentária de 2020

Sessão conjunta está marcada para 14h30. Antes, às 11h, texto será analisado pelos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento

A proposta da Lei Orçamentária Anual para 2020 deve ser votada amanhã, às 11h, na Comissão Mista de Orçamento. Às 14h30, o texto será analisado pelo Plenário do Congresso.

Na mesma sessão, parlamentares votarão projeto que libera crédito suplementar no valor de R\$ 561,6 milhões para diversos órgãos do Poder Executivo.

O relator-geral do Orçamento, de-

putado Domingos Neto, ainda terá que concluir a análise dos relatórios setoriais, aprovados na quarta-feira.

De acordo com a proposta, em janeiro o salário mínimo deve passar dos atuais R\$ 998 para R\$ 1.031. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado — 11/12/2019

Presidente da comissão, Zenaide Maia (3ª à dir.), celebrou a existência da lei

Lançada publicação sobre os 12 anos da Lei Maria da Penha

A Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher lançou a publicação do Seminário 12 anos de Lei Maria da Penha, com artigos de participantes do evento, realizado em 2018. Segundo a presidente da

comissão, senadora Zenaide Maia, a Lei Maria da Penha é uma grande conquista. Especialistas disseram que agora é preciso debater os problemas de aplicação da lei e de atuação do Poder Judiciário. **4**

Rede social influencia voto de 45% da população, indica DataSenado

Quase metade dos entrevistados (45%) em pesquisa de opinião do Instituto DataSenado afirmaram ter decidido o voto levando em consideração informações vistas em alguma rede social. E a principal fonte de informação é o WhatsApp. **2**

Especialistas pedem mudanças em MP que cria fundo ambiental

Em audiência pública na comissão mista que analisa a medida provisória sobre fundo ambiental privado, eles avaliaram que o texto não contém critérios técnicos de transparência que favoreçam o controle social. **4**

Pedro França/Agência Senado



Senador Izalci Lucas (C) comanda sessão especial em homenagem ao Dia do Engenheiro e ao 86º aniversário do Sistema Confea/Crea, composto pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e pelos conselhos regionais. Izalci ressaltou a importância da atividade para o país e o processo legislativo.

Senado mais digital. A boa informação mais perto de você.

- PUSH DE NOTÍCIAS**
Avisos sobre as principais decisões da Casa em tempo real
- TV SENADO PLAY**
Encontre facilmente todo o conteúdo da TV Senado
- NOTÍCIAS VIA WHATSAPP**
Um resumo diário direto da fonte para você
- APLICATIVO VISITE O CONGRESSO NACIONAL**
Mais uma forma de você conhecer o Senado
- PODCASTS DA RÁDIO SENADO**
Podcasts para você ouvir quando quiser, onde estiver
- Acesse senado.leg.br/noticias

DataSenado: redes sociais influenciam voto de 45%

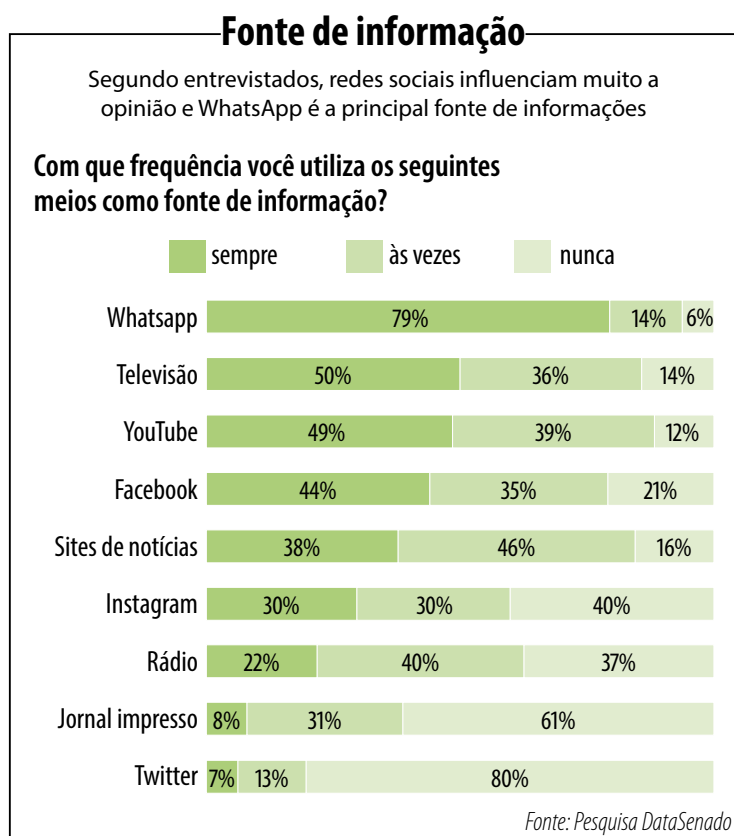
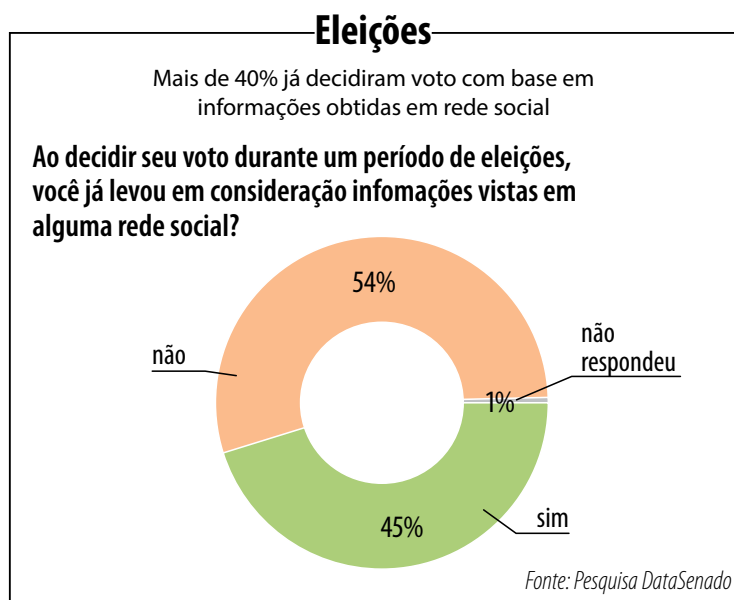
Pesquisa revela influência cada vez maior de mídias, como WhatsApp, como fonte de informação para o eleitor. Quase metade dos entrevistados disse ter decidido o voto com base nessas fontes de informação

UMA PESQUISA DE opinião do Instituto DataSenado aponta a influência crescente das redes sociais como fonte de informação para o eleitor, o que pode em parte explicar as escolhas dos cidadãos nas eleições de 2018. Quase metade dos entrevistados (45%) afirmaram ter decidido o voto levando em consideração informações vistas em alguma rede social. E a principal fonte de informação do brasileiro hoje é o aplicativo de troca de mensagens WhatsApp, segundo o levantamento. Das 2,4 mil pessoas entrevistadas, 79% disseram sempre utilizar essa rede social para se informar.

Os dados são da pesquisa nacional Redes Sociais, Notícias Falsas e Privacidade na Internet, realizada pelo DataSenado em parceria com as Ouvidorias da Câmara dos Deputados e do Senado. O estudo também abordou a privacidade de dados na internet e o comportamento dos brasileiros em relação às notícias falsas.

Os resultados indicam que os brasileiros acreditam que os conteúdos nas redes sociais têm grande influência sobre a opinião das pessoas. Cerca de 80% dos participantes do levantamento compartilham essa percepção. Mas o percentual varia conforme a escolaridade: é de 76% entre cidadãos que têm ensino fundamental e chega a 90% entre os que têm escolaridade superior.

Quanto à frequência com que meios de comunicação e redes sociais são usados como fonte de informação, 79% dos entrevistados responderam que sempre utilizam o WhatsApp, enquanto 50% indicaram que sempre recorrem à televisão e 49% sempre se informam pelo YouTube. Quanto mais alta a faixa de idade, maior o percentual de entrevistados que respondem utilizar sempre TV como fonte de informação. Por



outro lado, para o Instagram e YouTube, o padrão é inverso: quanto mais baixa a faixa de idade, maior o percentual de entrevistados que dizem usar sempre essas redes sociais como fonte de informação, segundo o DataSenado.

Direita

O impacto das mídias sociais também é maior entre eleitores que se consideram de direita, pessoas com escolaridade mais alta e pessoas com renda fami-

liar mais alta. Apesar de mais gente usar as redes sociais para se informar, o brasileiro está atento ao problema das fake news, mas quase metade dos entrevistados (47%) considera ser difícil identificar a veracidade das informações recebidas.

Por outro lado, aproximadamente oito em cada dez entrevistados já identificou notícia falsa em rede social. E a maioria (82%) também diz verificar se uma notícia é verdadeira antes de compartilhá-la.

Sessão ressalta importância da engenharia na formação do país

O Dia do Engenheiro, celebrado no dia 11, e o 86º aniversário do Sistema Confea/Crea (Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura/conselhos regionais de engenharia e arquitetura) foram comemorados em sessão especial do Senado na sexta-feira.

Presidindo a sessão, o senador Izalci Lucas (PSDB-DF) comentou sobre a importância da atividade na formação do Brasil, Izalci também destacou a participação desses profissionais no processo legislativo.

— Eles são os que têm uma formação mais completa. Sabem dos cálculos, dos pesos e, junto com os arquitetos, fazem uma cidade completa. Foi assim que fizeram Brasília, uma das mais modernas cidades do mundo. A engenharia e a arquitetura modernas têm em Brasília sua maior obra. Quero cumprimentá-los pela presença e pelas discussões em prol de um país mais desenvolvido, mais igual e sobretudo mais justo. Está nas mãos e na inteligência de vocês o país que sonhamos.

Sancionada lei que aumenta saque do FGTS para R\$ 998

O presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a lei que cria que novas modalidades de saque do FGTS. A Lei 13.932, que foi publicada na quinta-feira no *Diário Oficial da União*, institui a modalidade de saque-aniversário, pela qual o trabalhador pode fazer uso de parte do dinheiro a cada ano, independentemente

de eventos como demissão ou financiamento da casa própria.

A norma também libera o saque imediato de até R\$ 998 (um salário mínimo) do FGTS. Inicialmente, o valor estabelecido pela MP 889/2019 foi de R\$ 500. Deputados e senadores alteraram esse valor na forma de projeto de lei de conversão.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



TERÇA

- CPL CHAPE Plano de trabalho**
9h05 Apreciação do plano de trabalho e de requerimentos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
10h30 Na pauta a transferência do Coaf para o Banco Central (MP 893/2019).
- CE Atrofia Muscular Espinhal**
11h Entre os 15 itens da pauta, o PL 5.101/2019, que cria o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal.
- CMO Orçamento 2020**
11h Na pauta o PLN 22/2019, que trata da proposta orçamentária para 2020.

- CRA Política pública**
13h Apreciação do relatório de avaliação das políticas públicas de apoio ao comércio exterior agropecuário, tema selecionado pela comissão para 2019.
- CMMC Relatório de atividades**
14h Apresentação do relatório de atividades desenvolvidas pela comissão em 2019.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h30 Sessão conjunta destinada à apreciação do PLN 22/2019, que trata da lei orçamentária de 2020.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão mista e Congresso devem votar Orçamento nesta semana

Parlamentares também podem votar projeto que libera o crédito suplementar no valor de R\$ 561,6 milhões para vários órgãos do Executivo

O CONGRESSO PODE votar nesta semana a proposta orçamentária para 2020 (PLN 22/2019). A sessão está marcada para amanhã às 14h30. Antes, às 11h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) votará o texto. A análise dos relatórios setoriais sobre a proposta orçamentária foi concluída na quarta-feira. Agora, os textos aprovados serão apreciados pelo relator-geral do Orçamento, deputado Domingos Neto (PSD-CE).

O parecer preliminar apresentado pelo relator atualizou parâmetros que serviram para as projeções de receitas e despesas e também incorporou efeitos de propostas encaminhadas ou aprovadas após o envio do texto original do Orçamento.

O relatório indica que em janeiro próximo o salário mínimo passará dos atuais R\$ 998 para cerca de R\$ 1.031, abaixo



A sessão do Congresso para analisar a lei orçamentária e liberação de crédito está marcada para amanhã, às 14h30

do valor inicialmente previsto (R\$ 1.039). Segundo cálculos da equipe econômica para 2020, cada real a mais no salário mínimo eleva as despesas da União em cerca de R\$ 320 milhões.

Em 2020, a meta fiscal para o resultado primário do governo

central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) corresponderá a um déficit de R\$ 124,1 bilhões. Desde 2014, as contas públicas estão no vermelho: descontado o pagamento dos juros da dívida, as despesas vêm superando as receitas ano a ano.

Na mesma sessão, o Congresso pode votar projeto que libera o crédito suplementar no valor de R\$ 561,6 milhões para vários órgãos do Executivo (PLN 33/2019). De acordo com o texto, o Ministério da Educação vai receber cerca de R\$ 255 milhões. A área de infraestrutura da educação básica será beneficiada com a maior parte desse valor: R\$ 245 milhões.

Para a manutenção de universidades públicas no estado de São Paulo, vão R\$ 900 mil. Para o Ministério da Justiça e Segurança Pública será destinado o valor de R\$ 85 milhões. A Presidência da República receberá R\$ 5,3 milhões para a segurança institucional de autoridades.

Com Agência Câmara

Izalci Lucas lamenta resultado ruim do Brasil no Pisa

Izalci Lucas (PSDB-DF) lamentou em Plenário na sexta-feira os resultados do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que mostram queda de pontuação nas três áreas avaliadas: ciências, leitura e matemática. Para o senador, os números sobre o desempenho dos estudantes brasileiros estão muito abaixo do que necessita um país que deseja se desenvolver econômica e socialmente.

— Não há na história nenhum país que tenha se desenvolvido sem ter colocado a educação como prioridade número um.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paim quer manter lei de contratação de pessoa com deficiência

Paulo Paim (PT-RS) defendeu que a Câmara rejeite o projeto que flexibiliza a lei de cotas para contratação de trabalhadores com deficiência. Segundo o PL 6.159/2019, as empresas poderão pagar à União uma taxa em vez de contratar esses trabalhadores. O senador citou estudo da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos que indica que as cotas vão acabar, se o projeto for aprovado.

— O que farão as empresas? Quase que totalmente vão optar pela outra forma que é apresentada e não vão contratar pessoas com deficiência.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Gurgacz pede votação de lei de licenciamento ambiental em 2019

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu em Plenário na sexta-feira à presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Simone Tebet (MDB-MS), prioridade de votação para o PLS 168/2018, que cria a Lei Geral de Licenciamento Ambiental. Para ele, já foram realizadas audiências suficientes e o relatório pela aprovação já foi lido, e postergar a votação para fevereiro, conforme ficou agendado, é inviável.

O projeto, explicou, estabelece normas gerais para o licenciamento de atividades ou empreendimentos usuários de recursos ambientais.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Votação da transferência do Coaf ao BC será amanhã

A sessão extraordinária do Plenário marcada para quinta-feira foi cancelada por determinação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Ele convocou nova sessão deliberativa para amanhã, às 10h30. Na pauta, um único item: a votação da medida provisória que transfere o

Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central (BC) e reestrutura o órgão.

A MP 893/2019 foi aprovada na terça-feira na Câmara, na forma do projeto de lei de conversão do deputado Reinhold Stephanes Jr. (PSD-

-RR). O Coaf monitora as atividades financeiras e produz informações para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Também aplica penas administrativas a entidades do sistema financeiro que não enviarem os dados para esse trabalho.

Senadores elogiam atuação de Simone à frente de CCJ em 2019

Ao encerrar a última reunião do ano da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira, Simone Tebet (MDB-MS), presidente do colegiado, afirmou que a presença tanto de senadores experientes quanto dos em primeiro mandato foi fundamental para a eficiência no trabalho da comissão ao longo de 2019. Segundo ela, foram 78 reuniões, 29 audiências públicas e 580 proposições analisadas nas mais diversas áreas de interesse do país.

— Gostaria de agradecer

aos senadores de primeiro mandato, que vieram para oxigenar esta Casa. A renovação é sempre bem-vinda e tem sido muito importante para o Senado. Mas é preciso registrar também o quanto é fundamental a presença de senadores experientes. Que venha mais renovação ao lado da experiência! — afirmou.

Todos os senadores presentes elogiaram a atuação de Simone, destacando o seu espírito democrático, firmeza e equilíbrio na condução dos trabalhos, o que garantiu

direitos iguais à maioria e à minoria.

A senadora se emocionou após ouvir depoimentos dos senadores Esperidião Amin (PP-SC) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Em entrevista coletiva após a reunião, a presidente da CCJ disse ter esperança de que o Senado aprove o PLS 166/2018, que possibilita a prisão de condenados após decisão em segunda instância, ainda neste ano, permitindo que a proposta siga para a Câmara dos Deputados.



Simone destaca importância do trabalho de novatos e experientes

Marcos Oliveira/Agência Senado — 11/12/2019

Escolas terão que ofertar psicólogo e serviço social até o fim de 2021

As redes públicas de educação básica deverão oferecer serviços de psicologia e de serviço social. A determinação está prevista na Lei 13.935/2019, promulgada e publicada no *Diário Oficial da União* de quinta-feira.

Segundo a nova lei, as equipes multiprofissionais deve-

rão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. O trabalho deverá considerar o projeto pedagógico das redes públicas de educação básica

e dos seus estabelecimentos de ensino.

O texto diz ainda que os sistemas de educação terão um ano, a partir da publicação da lei, para tomar as providências necessárias ao cumprimento das disposições.

A nova norma é fruto do PLC 60/2007, aprovado pelo

Congresso em setembro. Mas só passou a valer porque os parlamentares derrubaram veto do Executivo ao texto, em novembro.

Na justificativa ao veto, o governo havia alegado inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público.

Fundo privado ambiental é criticado em debate

Especialistas disseram na comissão mista que analisa a MP que texto não garante critérios de transparência na aplicação dos recursos, a cargo do Ministério do Meio Ambiente

ESPECIALISTAS EM MEIO ambiente defenderam o aprimoramento da medida provisória que cria um fundo privado destinado ao custeio dos serviços de recuperação ambiental. Em audiência pública na comissão mista da MP 900/2019, na quarta-feira, eles avaliaram que o texto não contém critérios técnicos de transparência que favoreçam o controle social e garantam a efetividade na aplicação dos recursos, que ficará a cargo do Ministério do Meio Ambiente.

A MP autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar, sem licitação, instituição financeira oficial para criar e gerir fundo privado que irá receber recursos decorrentes de multas simples pela prática de crimes ambientais e destiná-los ao custeio de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Entre outros dispositivos, a MP prevê que as diretrizes de gestão e destinação dos recur-



Relator, o senador Alessandro Vieira (2º à esq.) presidiu o debate na comissão mista da medida provisória

sos e as definições quanto aos serviços a serem executados serão estabelecidas em ato do ministro do Meio Ambiente.

Na avaliação do consultor jurídico do Instituto Socioambiental, Mauricio Guetta, o dispositivo representa um “cheque em branco” a quem estiver no comando do Ministério do Meio Ambiente. Ele defendeu a adoção de critérios

efetivamente rigorosos e destacou que a atual gestão do MMA “não é a mais recomendável para se deixar com um cheque em branco na mão”

Na avaliação de Guetta, o acatamento de algumas das 94 emendas apresentadas à MP 900/2019 seria suficiente para aperfeiçoar o texto, como forma de garantir efetividade, controle social, transparência

e critérios rígidos para eleição de projetos.

Passivo de R\$ 38 bilhões
Consultora legislativa da Câmara e ex-presidente do Ibama, Suely Araújo apontou dificuldades na implantação da conversão de multas. Ela ressaltou que o passivo de multas não pagas ao Ibama era de R\$ 38 bilhões, em maio de 2018. A média anual de aplicação das

multas é de R\$ 3 bilhões.

— É um recurso sem paralelo no país, não tem outra fonte que possa cobrir esses valores. Potencialmente, é muito dinheiro. Se for feito de forma correta, [o Ibama] conseguirá fazer autuação para investir em planejamento tecnológico dos projetos que podem ser viabilizados com participação do setor empresarial e da sociedade civil — afirmou.

Suely também criticou o dispositivo da MP que garante ao ministro do Meio Ambiente a definição das diretrizes dos projetos a serem executados a partir da conversão das multas.

Relator da MP, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) disse que as observações dos expositores estão alinhadas com o texto que a comissão está analisando.

— A comissão vem caminhando para buscar consenso em torno da necessidade de garantir mais agilidade ao processo e efetividade na implementação das providências.

Comissão Mista da Mulher lança publicação sobre seminário dos 12 anos da Lei Maria da Penha

A Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher (CMCVM) apresentou na semana passada a publicação do seminário “12 anos de Lei Maria da Penha”, realizado em 2018, que reúne artigos dos participantes do evento.

Para o lançamento da publicação, foram convidadas as autoras Ela Wiecko de Castilho, subprocuradora-geral da República e professora da Universidade de Brasília; Maria Cristiana Ziuova, conselheira do Conselho Nacional de Justiça; Érica Verícia Canuto de Oliveira, promotora de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte; Fabiana Cristina Severi, professora da Universidade de São Paulo e coordenadora do Centro de Estudos em Direito e Desigual-

dades da FDRP/USP; Flávia Moreira Guimarães Pessoa, juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça; Íáris Ramalho Cortês, advogada e fundadora do Cfemea; e Rúbia Abs da Cruz, advogada e mestre em direitos humanos.

Também esteve presente o autor de artigos da publicação Henrique Marques Ribeiro, coordenador do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado.

Segundo a presidente da comissão mista, senadora Zenaide Maia (Pros-RN), a Lei Maria da Penha (Lei 11.340, de 2006) é uma grande conquista para todas as brasileiras, pois, desde a sua implementação, salvou a vida de muitas mulheres.

“Ela é considerada uma das três melhores leis do mundo

no enfrentamento à violência contra a mulher, exatamente porque prevê o tripé proteção das vítimas, prevenção da violência e responsabilização dos agressores”, explica em um requerimento.

No entanto, as convidadas que compuseram a mesa também ressaltaram que é necessário debater os problemas da Lei Maria da Penha, principalmente da sua aplicação e da atuação do Poder Judiciário.

Para Érica Verícia, um dos maiores problemas é que ainda se utiliza o paradigma do Código Penal, uma legislação muito antiga para os processos da Lei Maria da Penha. Assim, embora essa legislação tenha trazido um modelo novo que instaura o princípio da proteção integral para as mulheres, elas ainda são submetidas aos problemas do Poder Judiciário.

— A lei foi criada para dizer que a mulher tem importância, tem proteção integral, é ela que é o centro desta lei. Mas a gente põe o procedimento antigo, não é culpa da Lei Maria da Penha, mas o procedimento criminal do processo penal que impede que essas mulheres tenham voz. Então é um paradoxo.

Ela Wiecko também ressaltou que a Lei Maria da Penha não tem um viés punitivo, pois valoriza a proteção da mulher, no entanto, é aplicada muitas vezes pelos membros do Judiciário como se fosse igual a outras leis.

Vai a Plenário texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo, da OIT



Presidente da CRE (D), Nelsinho Trad apresentou parecer de Flávio Bolsonaro

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou o relatório do senador Flavio Bolsonaro (sem partido-RJ) favorável à adesão do Brasil à nova regulamentação da Convenção sobre Trabalho Marítimo, aprovada em 2014 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência da Nações Unidas.

A apresentação do relatório (PDL 651/2019) foi feita na quinta-feira pelo presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS). O texto destaca que a convenção trata de condições adequadas para quem trabalha na navegação, regula temas como férias remuneradas, segurança e saúde, idade mínima de trabalho, recrutamento, jornada mínima de trabalho e repouso, condições de alojamento, alimentação, instalações de lazer, bem-estar e proteção social.

— Esta convenção é de

extrema importância neste mundo cada vez mais globalizado. Reforça a aplicação de normas trabalhistas em todos os níveis, através da inclusão de processos para queixas de trabalhadores, além de favorecer a supervisão dos armadores e oficiais no que tange às condições a bordo de seus navios — explicou Nelsinho.

O senador ressaltou ainda que a adesão do Brasil à nova versão da convenção deve agilizar e facilitar a movimentação de embarcações com bandeira brasileira nos portos internacionais.

— Significa um novo compromisso do governo brasileiro com a promoção do trabalho decente para todas as categorias de trabalhadores deste setor, sejam eles nacionais ou estrangeiros — afirmou.

O acordo seguiu para apreciação do Plenário.

Lei prevê competência dos juizados da mulher para ações de divórcio

Este ano, a Lei 13.894 voltou a prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para ações de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável, nos casos de violência.

A nova norma altera a Lei Maria da Penha, também tornando obrigatória a informação às vítimas acerca da possibilidade de os servi-

ços de assistência judiciária ajuizarem as ações.

Publicada na edição de quarta-feira do *Diário Oficial da União*, a atualização da norma ocorreu após a derrubada de um veto pelo Congresso Nacional, em novembro.

O veto parcial havia sido apresentado pelo presidente da República a três itens do projeto aprovado pelo Congresso (PL 510/2019).